

A mesa de abertura **Experiências latino-americanas de litigância feminista estratégica e de reforma do sistema de justiça sob as perspectivas de gênero e étnico-raciais**, que teve a participação de representantes do IPDMS, da Artemis e da Themis, destacou a importância da democratização do sistema de justiça em diálogo com distintos agentes e movimentos sociais. A mesa debateu sobre a importância de repensarmos o Direito, a partir da reflexão que considere as experiências sociais de forma interseccional, ou seja, que compreenda de que forma gênero, classe, sexualidade, raça e etnia marcam as experiências dos sujeitos, bem como o acesso destes aos direitos e ao sistema de justiça.



(FOTO: MESA SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS PARA O FORTALECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES)

Na tarde do dia 22/10, ocorreram a mesa **Sistema de Justiça brasileiro e violência de gênero: experiências institucionais para o fortalecimento dos direitos humanos das mulheres** e a mesa **Enfrentamento da violência de gênero e Sistema de Justiça: experiências e relatos de pesquisa**, momento em que foram apresentadas pesquisas sobre a rede protetiva local de violência doméstica e familiar e debatidos os desafios para a implantação da lei Maria da Penha nos marcos dos direitos humanos das mulheres.

O I Seminário Internacional de Gênero, Raça e Justiça, organizado pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP), em parceria com o Instituto de Pesquisa, Direito e Movimentos Sociais (IPDMS) e com o Centro de Estudos em Direitos e Desigualdades (CEDD), realizou-se nos dias 22 e 23 de outubro, na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP/USP).

O Seminário que teve como proposta articular as pautas de gênero, de questão étnico-racial e feminismo com a luta dos movimentos sociais por direitos e pela democratização do sistema de justiça, reuniu estudantes, movimentos sociais, profissionais do sistema de justiça, com destaque, aos setores especializados em violência doméstica e familiar - com destaque ao NUDEM/DPSP, a COMESP/TJSP e o GEVID/MPSP - e agentes da rede de proteção e atendimento às vítimas de violência doméstica de Ribeirão Preto com um total de 250 participantes.



O Seminário realizou ainda, em parceria com projeto de extensão Direito e Cinema, a atividade cultural com a apresentação do Curta - **O dia de Jerusa** - e debate com a diretora e roteirista Viviane Ferreira, com a participação de integrantes do Coletivo Café das Pretas (UFSCar) e do Coletivo Negro da USP (Ribeirão Preto).



(FOTO: ATIVIDADE CULTURAL - FILME “O DIA DE JERUSA”)

A mesa **Direito e Movimentos feministas: desafios da educação popular em direitos para efetivação de direitos das mulheres** que ocorreu na manhã do dia 23/10 destacou a importância da educação popular em direitos para a garantia dos direitos das mulheres. A mesa apresentou os percursos e trajetórias das Promotoras Legais Populares (PLPs) no Brasil destacando os desafios e avanços que marcaram tal trajetória. Nesse sentido, Raquel Auxiliadora (PLPs/São Carlos) apontou a importância de debater com as mulheres o sistema de justiça, problematizando o distanciamento deste na concretização de direitos; Bruna Angotti (Maria Marias) destacou a importância da Lei Maria da Penha ser um dos temas de destaque nos cursos das PLPs, em especial, seus mecanismos de proteção e atendimento às mulheres vítimas de violência; Por fim, Diana Melo (IPDMS) apontou a necessidade de articulação entre as PLPs e os movimentos feministas como estratégia de fortalecimento e articulação das mulheres que participam dos cursos.



(FOTO: PARTICIPANTES APÓS MESA DE ENCERRAMENTO)

Propostas de pauta para a reforma do judiciário e democratização do sistema de justiça

A mesa **Justiça, Gênero, sexualidades e raça-etnia: construção de uma agenda de reformas no sistema de justiça brasileiro a partir das experiências da assessoria jurídica popular** encerrou o seminário trazendo propostas de pautas para pesquisas e para a reforma do sistema de justiça.

Entre as propostas, destacam-se: a necessidade de um diálogo crítico com a universidade, em geral, e com os cursos de direito, em especial, na garantia de um ensino que observe a transversalidade de gênero, sexualidade e da questão étnico-racial; a formação continuada e permanente de profissionais do direito que sejam capazes de adotar uma perspectiva étnico-racial e de gênero na interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha, bem como, das demais leis relacionadas aos direitos das mulheres; articulação entre movimentos feministas locais e o sistema de justiça de modo a potencializar os resultados do anexo de violência doméstica de Ribeirão Preto, sobretudo com a especialização dos membros que atuam nos processos da vara nas temáticas de gênero e violência doméstica; E, a proposta de lutar pela consolidação de parâmetros e protocolos brasileiros sobre a devida diligência de cada um dos agentes do sistema de justiça em casos de violência de gênero